

## **Caracterização do agricultor e da sua exploração agrícola com título de Estatuto de Agricultura Familiar**



Pintura de António Saiote, editada em postal dos CTT, no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar, em 2014.

### **Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas**

outubro de 2020

Lisboa

## Caracterização do agricultor e da sua exploração agrícola com título de Estatuto de Agricultura Familiar

O primeiro título de Estatuto de Agricultura Familiar (EAF) foi solicitado em março de 2019 e até 17/09/2020 foram reconhecidos 188 agricultores. Quem são esses agricultores? E como são as suas explorações agrícolas foi o quisemos saber. Apresentamos seguidamente, de forma sucinta, alguma informação trabalhada sobre os títulos atribuídos até abril de 2020, 124 títulos ativos, correspondendo sensivelmente ao 1º ano de Estatuto de Agricultura Familiar.

Observamos na Figura 1 a evolução de títulos atribuídos de março de 2019 a abril de 2020, tendo-se verificado em agosto e outubro de 2019 e em janeiro de 2020 maior n.º de títulos atribuídos.

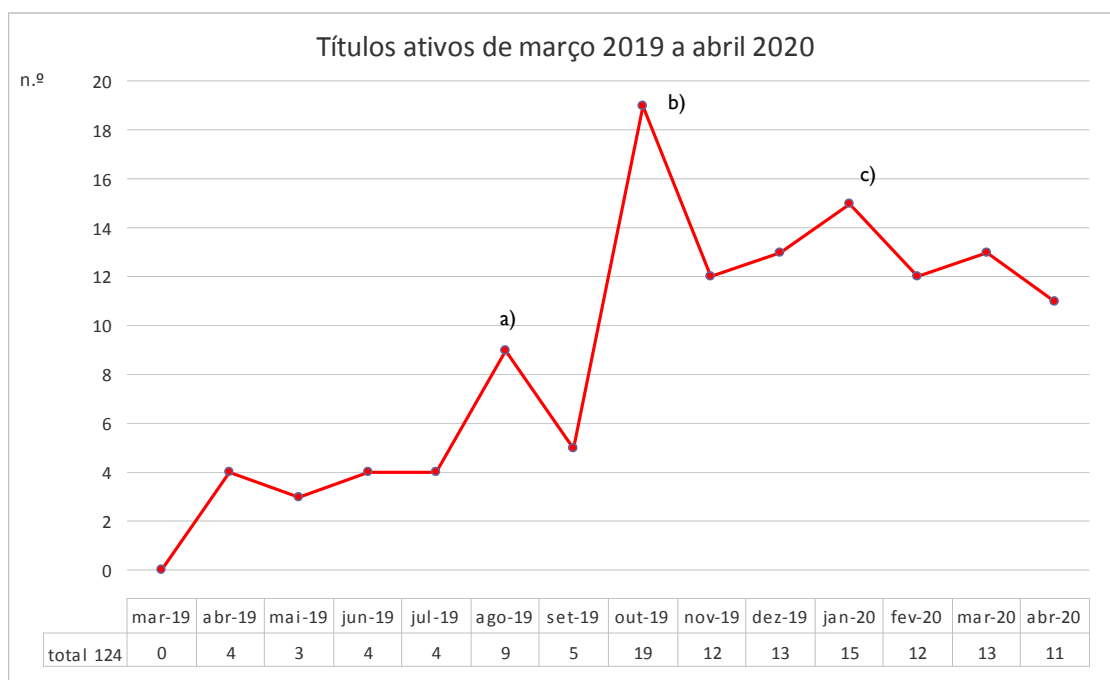


Figura 1 – Evolução dos títulos ativos de março 2019 a abril de 2020

Os picos observados podem ser explicados, eventualmente, por:

a) Abertura de concursos do PDR

Ação 3.2.1 - Investimento na exploração agrícola

b) Abertura de concursos do PDR

Ação 3.3.1 - Investimento Transformação e comercialização de produtos agrícolas

Ação 3.1.2 - Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola + Jovens Agricultores

Ação 3.1.1 - Jovens Agricultores

Ação 3.2.2 - Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas

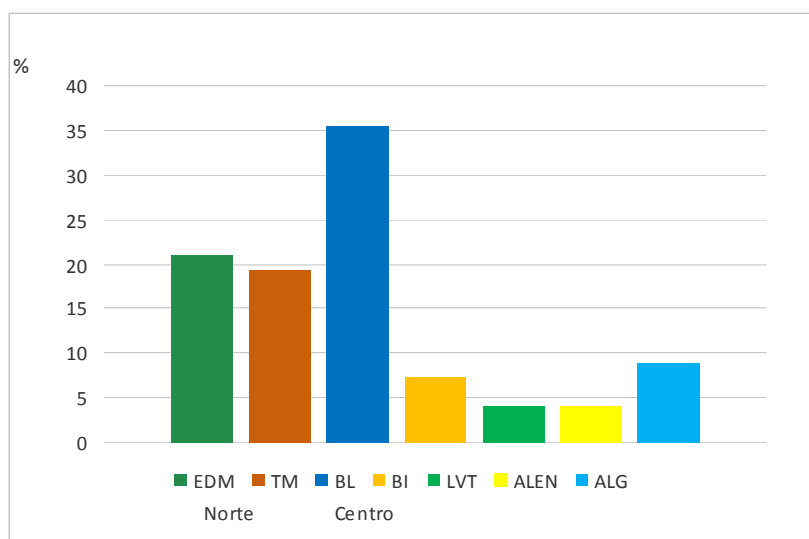
Despacho n.º 8, determina a cada DRAP a criação de mecanismo de atendimento e divulgação, até 2 de set.

c) Abertura de concursos do PDR:

Operação 10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas

Operação 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização

Ação 10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais

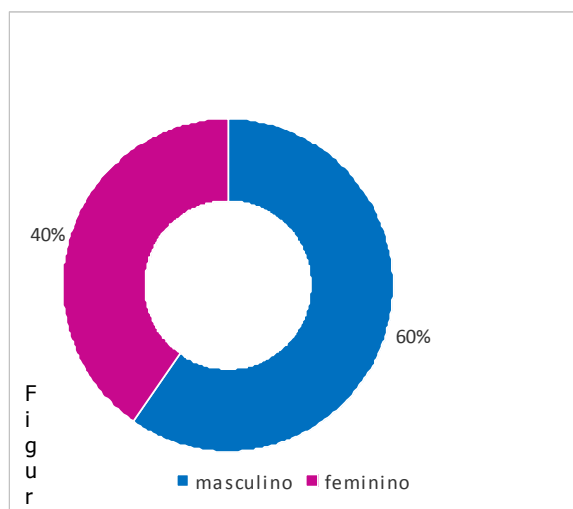


Como observamos na Figura 2, o EAF situa-se sobretudo na área de influência da DRAP Centro, com 42%, com especial destaque para a Beira Litoral, com 35%. A DRAP Norte totaliza 40% dos EAF atribuídos, com o Entre Douro e Minho a atingir

Figura 2 – Títulos ativos por Direção-Regional.

21%. A região da DRAP Alentejo é a que apresenta menos títulos atribuídos, com 4%.

O EAF é atribuído sobretudo aos homens, com 60%, cabendo 40% às mulheres (Figura 3).



3 – Títulos ativos por sexo do titular.

O escalão etário com mais EAF atribuído é entre os 40 e 50 anos (Figura 4).

Os jovens agricultores, ou seja agricultores com idade inferior a 40 anos, representam 28% dos titulares com EAF.

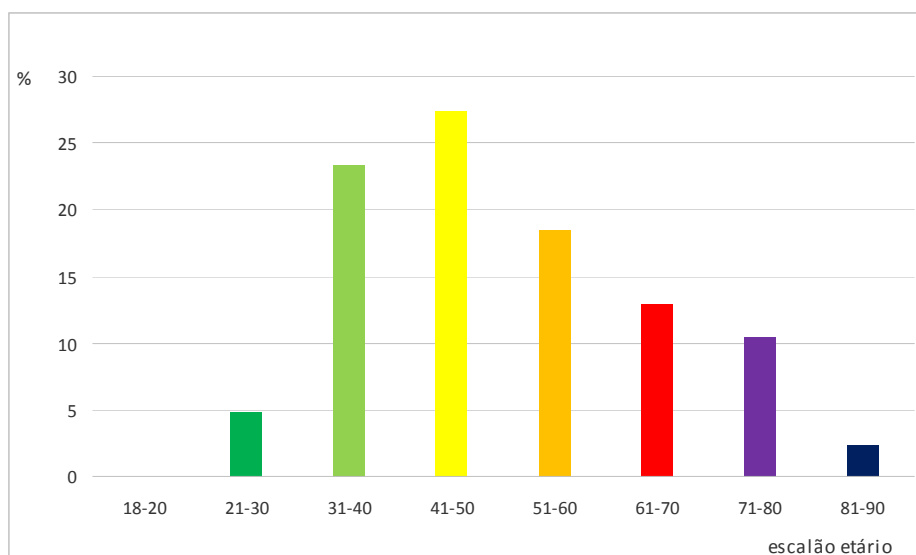


Figura 4 – Escalão etário do titular.

Relativamente à natureza jurídica do titular do EAF, observamos que a maior parte se trata de pessoa singular, com 97% e apenas 3% se refere a pessoa coletiva (Figura 5).

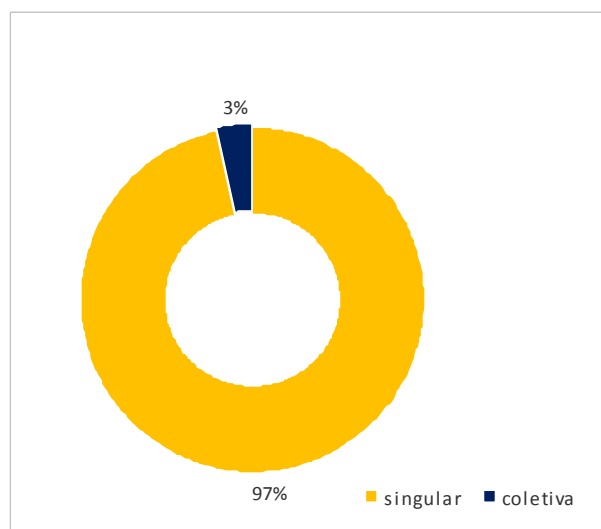


Figura 5 – Natureza jurídica do titular.

Verificamos que praticamente metade dos títulos ativos não tem PU, ou seja 46% dos agricultores não recebem ajudas da PAC incluídas no Pedido Único (Figura 6).

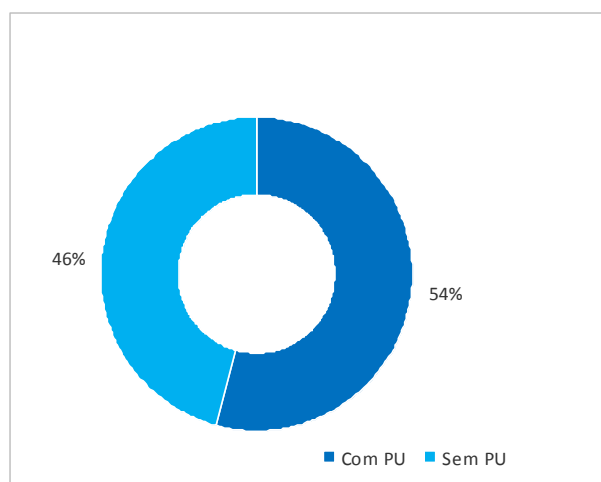


Figura 6 – Títulos com e sem Pedidos Únicos (PU).

No universo dos títulos ativos que têm Pedido Único, constatamos que é no escalão entre 1.000€ e 2.000€, com média de 1.980€, que se situam os valores de PU (Figura 7).

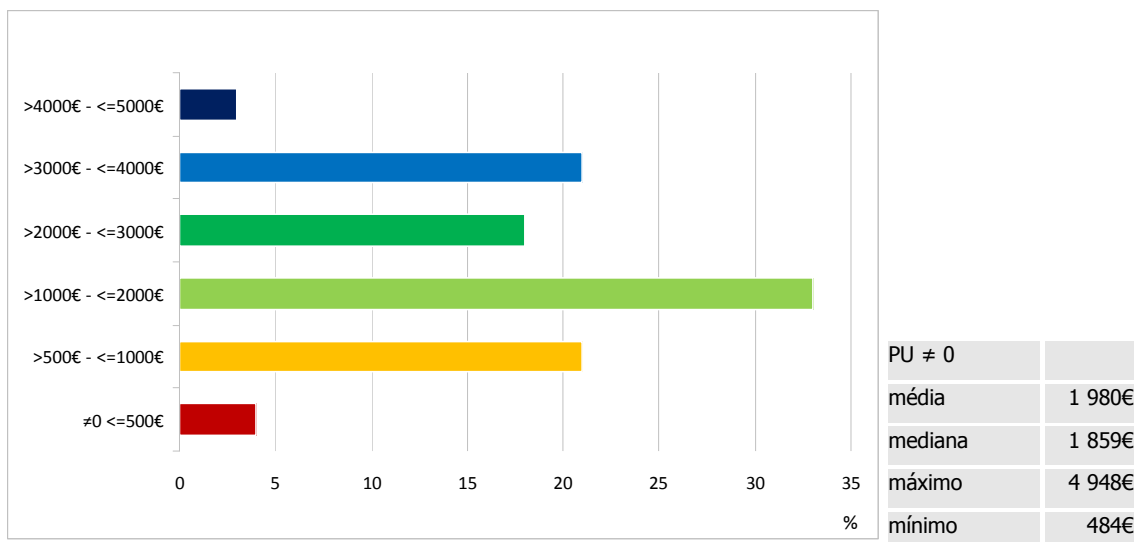


Figura 7 – Valores de PU.

Observamos que a maior parte dos títulos atribuídos, ou seja 53%, correspondem a agregados familiares que se situam no 1º escalão de IRS, auferindo menos de 7.091€/ano (Figura 8).

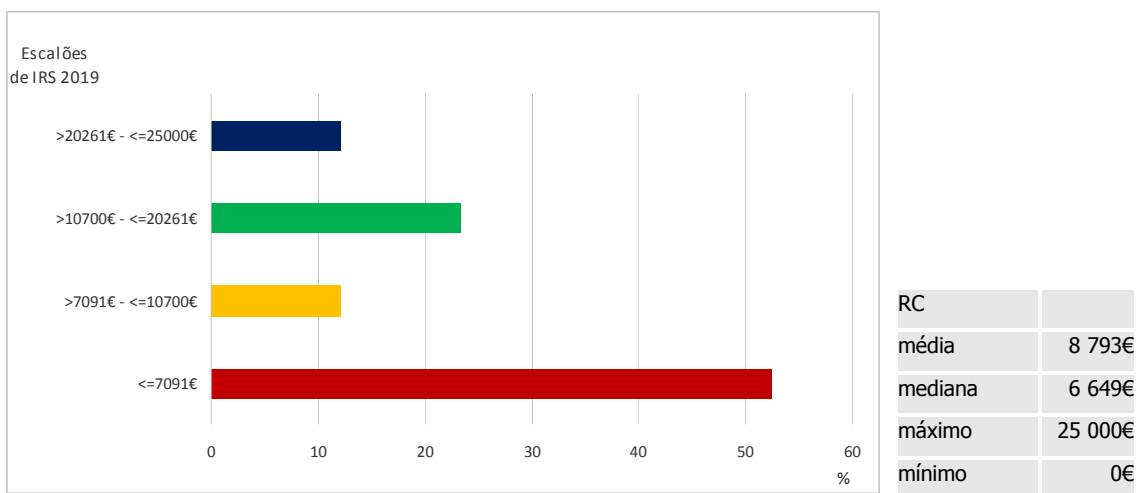


Figura 8 – Rendimento colectável do agregado familiar, por escalões de IRS.

Constatamos que a maior parte dos agregados familiares, cerca de 78%, cuja exploração é de agricultura familiar, têm rendimentos provenientes de trabalho dependente (Figura 9). Destes a maior parte auferе cumulativamente com o trabalho por conta de outrem rendimentos de trabalho independente, em regime simplificado (48%). Já os rendimentos provenientes só do trabalho independente representam 19% dos agregados.

Dependente	A			25	96 – 78%
	A + outros	A + B	59		
		A + C	7		
		outros	6		
Independente	B		16	17	24 – 19%
	C		1		
	outros		7		
Outras situações					4 – 3%
					124 – 100%
Anexo A	rendimentos de trabalho dependente e pensões				
Anexo B	rendimentos de trabalho independente (regime simplificado)				
Anexo C	rendimentos de trabalho independente (contabilidade organizada)				

Figura 9 – N.º de Títulos ativos por tipos de rendimento do agregado, considerando os anexos do IRS.

Podemos observar que 37% dos detentores de EAF são proprietários dos prédios onde exercem a atividade agrícola, sendo apenas 7% os que arrendam os terrenos da exploração (Figura 10).

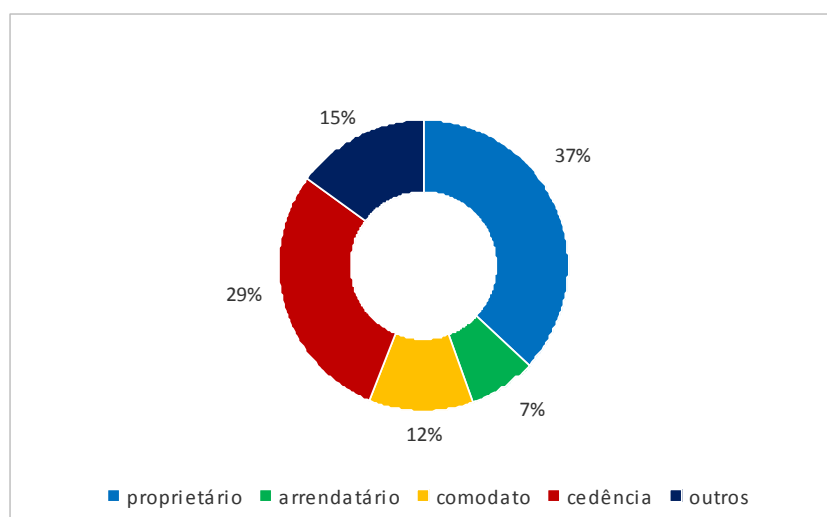


Figura 10 – Titularidade dos terrenos.

Verificamos que o EAF atribuído corresponde a uma área total de exploração agrícola de cerca de 621ha, sendo que a exploração maior tem cerca de 34ha e 50% das explorações têm área inferior a cerca de 3ha. Apenas 4% das explorações têm entre 20 e 50ha (Figura 11).

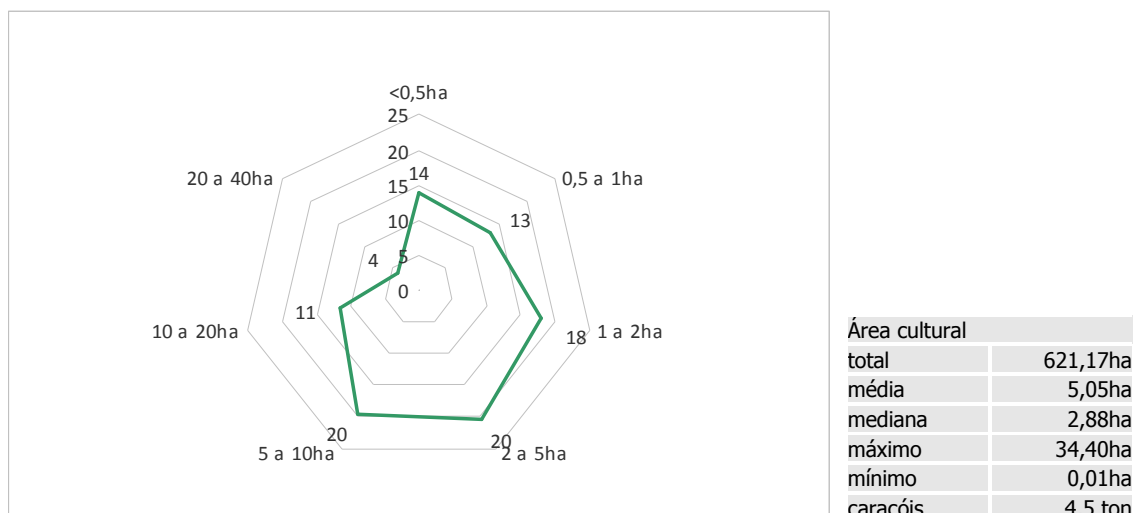


Figura 11 - % Área cultural, por classe de área.

Relativamente à orientação técnica da exploração, constatamos que cerca de metade (47%) das explorações com Estatuto de Agricultura Familiar são de culturas permanentes (Figura 12). Os outros tipos de orientação técnica situam-se entre 6 e 14%. Como curiosidade destacamos a existência de uma exploração dedicada à heliocultura.

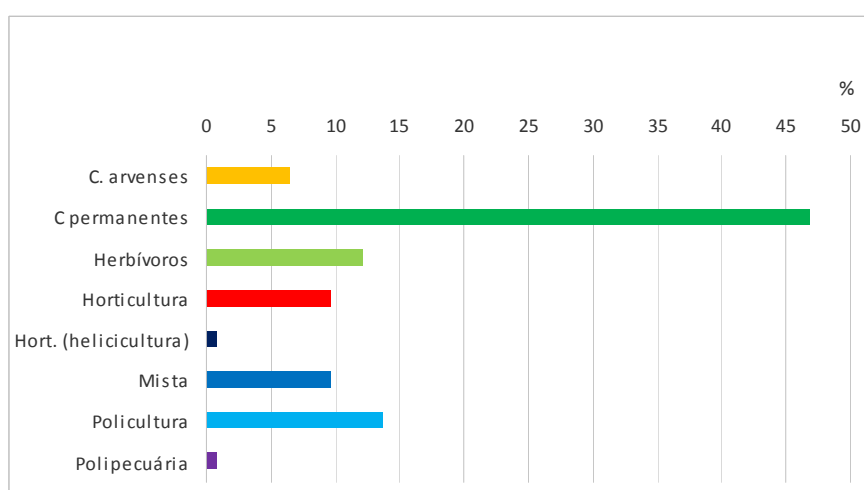


Figura 12 – Orientação técnica da exploração



Quanto ao regime de regadio, verifica-se que 48% das explorações com EAF têm mais de 40% da superfície agrícola utilizada (SAU) irrigada. Pelo contrário, 52% das explorações são cultivadas em sequeiro (Figura 13).

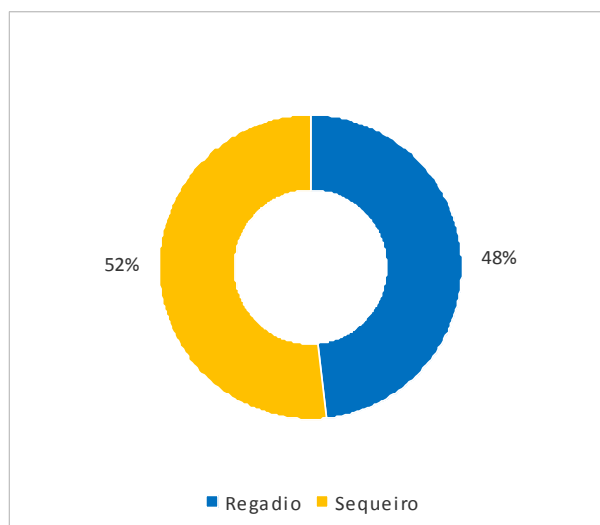


Figura 13 – Regime de regadio ou sequeiro

Constatamos que cerca de 90% das explorações com EAF são de pequena ou muito pequena dimensão. Sendo que mais de metade (60%) tem um valor de produção padrão estimado inferior ou igual a 8.000€, ou seja são de muito pequena dimensão e 10% são de média dimensão (Figura 14).

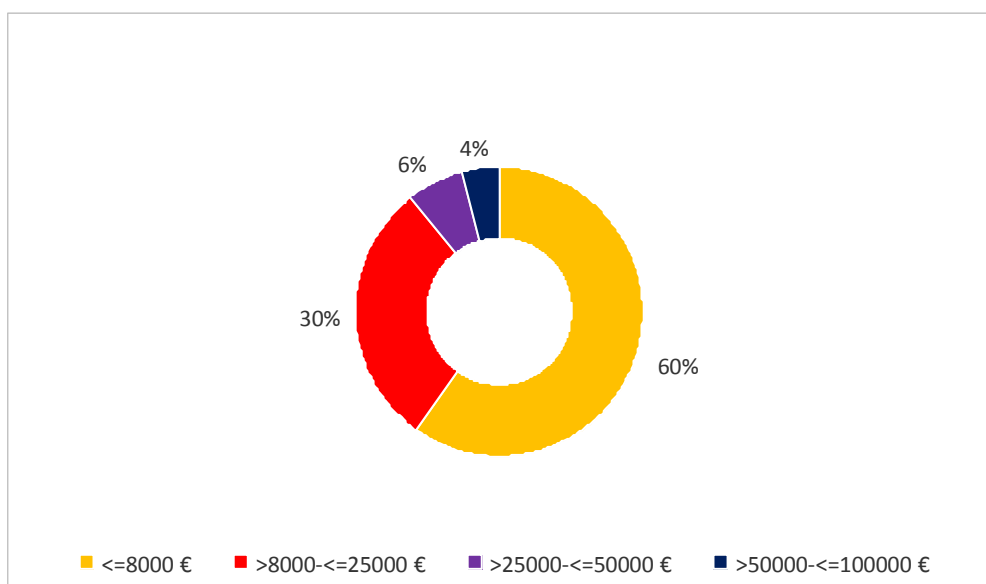


Figura 14 – Classes de VPPT estimado para a exploração com EAF.

Verificamos que 63% das explorações utilizam entre 50 a 100% da mão de obra familiar e em cerca de metade das explorações o trabalho do agregado familiar corresponde a cerca de 85% do trabalho necessário à exploração. Em média a mão de obra familiar dedicada à exploração é de cerca de 109%, ou seja, vai para além da mão de obra estimada para a exploração. Será oportuno referir que a mão de obra familiar empregue na exploração é um dado declarativo e dependerá da maior ou menor sensibilidade do agricultor para contabilizar as horas de trabalho familiar na exploração.

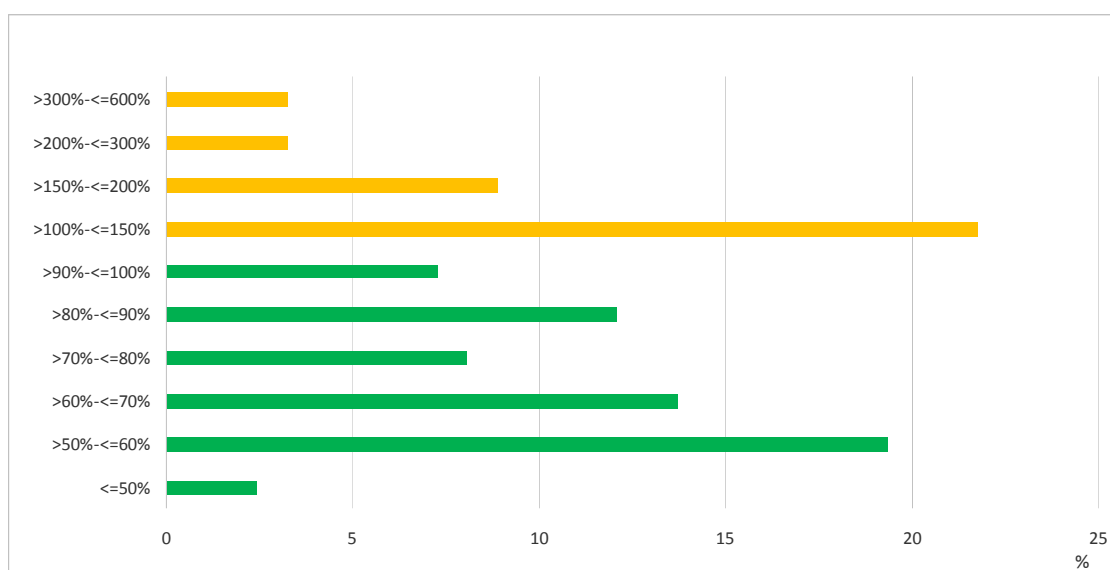


Figura 15 – Percentagem da mão de obra familiar declarada (UTA) relativamente à mão de obra familiar estimada para a exploração (UTA).

MOF(%)	
média	109%
mediana	85%
máximo	585%
mínimo	49%

Observamos que na maioria das explorações, 62%, são dois os elementos do agregado familiar que trabalham na exploração. Em 23% das explorações a mão de obra familiar é apenas do titular do EAF (Figura 16).

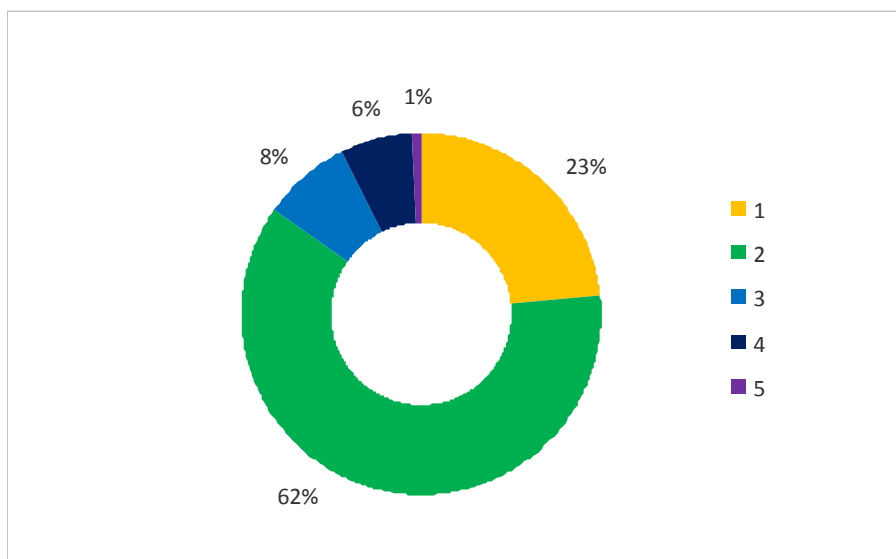


Figura 16 – N.º de trabalhadores familiares na exploração, incluindo o titular do EAF.